

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

PROJETO DE LEI Nº 10.027, DE 2018

Dispõe sobre o uso de nome afetivo para crianças e adolescentes que estejam sob a guarda da família adotiva.

Autor: Deputado GLAUBER BRAGA

Relator: Deputado DIEGO GARCIA

I - RELATÓRIO

Encontra-se, no âmbito desta Comissão de Seguridade Social e Família, o Projeto de Lei nº 10.027, de 2018, de iniciativa do Deputado Glauber Braga, que cuida de dispor sobre o uso de nome afetivo por crianças e adolescentes colocados em família substituta mediante guarda enquanto não houver o deslinde da destituição do poder familiar e a conclusão do procedimento da adoção pelos titulares da guarda.

De acordo com o teor da mencionada iniciativa legislativa, o nome afetivo seria aquele que o guardião da criança ou do adolescente pretende que se torne o respectivo nome civil definitivo do menor após a conclusão do procedimento de adoção mediante as alterações concernentes ao vínculo adotivo no registro civil de nascimento.

Prevê-se, no âmbito da proposição em tela, que os registros de sistemas de informação, cadastros, programas, serviços, fichas, formulários, prontuários e congêneres de instituições de ensino, saúde, cultura e lazer deverão reservar campo destinado ao nome afetivo da criança ou do adolescente em destaque acompanhado do relativo ao nome civil, o qual será utilizado apenas para fins administrativos internos.

Por fim, é assinalado pela proposição em tela que a lei almejada entrará em vigor na data de sua publicação oficial.

No âmbito da justificação oferecida à referida proposta legislativa, o respectivo autor assinala que, no curso do procedimento de adoção, pode ser buscada a modificação do prenome e do sobrenome da criança ou adolescente, o que será decidido ao final após a eventual destituição do poder familiar, ou seja, a conclusão do procedimento de adoção. Em seguida, aduz o aludido propositor que o uso de nome afetivo por crianças e adolescentes nos termos propostos pode constituir importante medida para evitar que sejam os menores submetidos a situações constrangedoras e delicadas e, dependendo da idade, de difícil compreensão, uma vez que poderiam ser identificados tanto por prenome e nome escolhidos pelo guardião, quanto pelos que constam em seu registro civil de nascimento.

De acordo com despacho proferido pela Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, a aludida proposição encontra-se distribuída, para análise e parecer, a esta Comissão de Seguridade Social e Família e à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados), devendo tramitar em regime ordinário, sujeitando-se à apreciação conclusiva pelas Comissões.

Consultando os dados relativos à tramitação da referida matéria legislativa no âmbito desta Comissão, observa-se que o prazo concedido para oferecimento de emendas se esgotou sem que qualquer uma houvesse sido ofertada em seu curso.

Com vistas ao aprofundamento do conhecimento e discussão a respeito da matéria legislativa em tela, foi realizada por esta Comissão, em função de deliberação acerca de requerimento apresentado (Requerimento nº 278, de 2019), audiência pública no âmbito da qual foram ouvidas, como convidadas, as seguintes pessoas:

- I) ANGELA GANDRA MARTINS - Secretária Nacional da Família do Ministério dos Direitos Humanos, Mulher e Família;
- II) LUCIANA DE OLIVEIRA - Secretária Adjunta da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente; e

III) ANTONIO JORGE PEREIRA JÚNIOR - Doutor, Professor, Pesquisador e Escritor na área de Direito da Criança e do Adolescente e em Direito de Família.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Compete a esta Comissão de Seguridade Social e Família, nos termos do disposto no art. 32, *caput* e inciso XVII, alíneas “t” e “u”, do Regimento Interno desta Câmara dos Deputados, pronunciar-se sobre o mérito de matérias legislativas tocantes ao direito do menor e relativas à criança e ao adolescente.

E, como a modificação legislativa proposta no âmbito do projeto de lei em tela cuida de direito do menor, além de dizer respeito à criança e ao adolescente, cabe a esta Comissão sobre o mérito de tal proposição se manifestar.

Nessa esteira, passemos ao exame do conteúdo de tal iniciativa legislativa.

A Constituição Federal de 1988 consagra, no âmbito do *caput* de seu Art. 227, a prioridade absoluta e a doutrina da proteção integral a crianças e adolescentes e, no respectivo § 6º, a igualdade entre os filhos, havidos ou não da relação de casamento, ou por adoção, garantindo a todos os mesmos direitos e qualificações e coibindo designações discriminatórias relativas à filiação.

De outra parte, é de se lembrar que a adoção de criança ou adolescente é medida excepcional, já que o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990) determina que será adotada somente quando estiverem “*esgotados os recursos de manutenção da criança ou adolescente na família natural ou extensa*” (art. 39, § 1º, do referido diploma legal).

Também de acordo com o mesmo dispositivo legal referido, a adoção é irrevogável – ou seja, uma vez constituída, não pode ser desfeita.

Além disso, “*A adoção atribui a condição de filho ao adotado, com os mesmos direitos e deveres, inclusive sucessórios, desligando-o de qualquer vínculo com pais e parentes, salvo os impedimentos matrimoniais*” (art. 41, caput, do mencionado Estatuto).

É de se assinalar ainda que a sentença que constituir o vínculo de adoção “*conferirá ao adotado o nome do adotante e, a pedido de qualquer deles, poderá determinar a modificação do prenome*” (art. 47, § 5º, do aludido Estatuto).

Porém, enquanto a adoção não virou uma realidade jurídica, encontrando-se indefinida, entendemos, justamente por ser a guarda de criança ou adolescente que antecede a adoção (nos termos do art. 33, § 1º, do aludido Estatuto) uma condição provisória, ser importante, contrariamente à pretensão do autor da iniciativa legislativa sob exame, que, enquanto perdurar tal indefinição referida, sejam mantidos inalterados o prenome, o nome e a identidade da criança ou do adolescente sob a guarda de família substituta (sem, portanto, que ocorra o uso de nome afetivo nos termos propostos), respeitando-se o seu passado até que haja o rompimento definitivo dos laços familiares.

Veja-se que outra não poderia ser a solução mais adequada na hipótese referida, visto que o destino da criança ou adolescente colocado em família substituta mediante guarda provisória que antecede a adoção, apenas para ilustrar, tanto pode caminhar no sentido do deferimento da adoção pela família interessada, quanto pode se dirigir para a manutenção na família natural ou extensa (o que é mais desejável, considerando-se o superior interesse da criança ou adolescente sopesado com a mencionada diretriz traçada pelo próprio Estatuto no sentido de que, antes da adoção, devem esgotados todos os recursos de manutenção da criança ou adolescente na família natural ou extensa).

Com efeito, verificando-se uma definição no último sentido mencionado, o eventual uso de nome afetivo nos moldes propostos pela criança ou adolescente durante o período de indefinição aludido também teria o

condão de levar o menor às mesmas situações constrangedoras e delicadas indesejadas que motivaram a apresentação da proposição ora em análise e que se buscaria evitar, as quais se sabe que podem inclusive trazer danos irreparáveis à sua própria identidade.

Enfim, a medida legislativa desejada, a depender de cada caso concreto, poderia ser muito mais prejudicial do que útil, razão pela qual não merece vingar.

Esse pensamento também se reproduziu com força no âmbito da mencionada audiência pública realizada com vistas ao aprofundamento do conhecimento e discussão da matéria legislativa em análise. Naquela oportunidade, foi inclusive elencado e destacado, como motivo adicional para o não acolhimento do projeto de lei sob exame, o insucesso de parcela significativa dos processos de adoção – já que, mediante muitos deles, não seria alcançado o objetivo final perseguido (conclusão do processo com o deferimento da adoção) e, conseqüentemente, a criança ou adolescente passaria a ser novamente disponibilizado em cadastro para novas tentativas de adoção por outros candidatos interessados.

Diante do exposto, votamos, no mérito, pela rejeição do Projeto de Lei nº 10.027, de 2018.

Sala da Comissão, em de de 2019.

Deputado DIEGO GARCIA
Relator